Praxis

Socialismo ou Barbárie CORRENTE MARXISTA REVOLUCIONÁRIA

Ano VII- Nº 26 - Dezembro - 2013 - R$2,00

ISSO FOI SÓ O COMEÇO!!!

EM 2014 VOLTAR PARA AS RUAS

2013: O ANO DO INÍCIO DA REBELIÃO POPULAR

Por Antonio Soler

Os anos de estabilidade política brasileira se deram sobre uma importante derrota da classe trabalhadora na década de 1990, depois da derrota da greve dos petroleiros em 1995 houve um longo período de estabilização política. Fernando Henrique Cardoso (PSDB) pôde derrotar a greve nacional petroleira porque era um governo de forte unidade da burguesia, mas essa vitória não ocorreu apenas por força do governo, a posição entreguista do PT e da CUT acabou sendo o fiel da balança para a vitória do governo neoliberal.

Desde junho entramos em uma etapa da luta de classe mais favorável aos trabalhadores. A luta de classes nos Brasil entrou - apesar de ainda estarmos em uma conjuntura política distinta de junho, pela redução dos contingentes juvenis e populares nas ruas - em uma nova etapa política. [1] Apesar das contradições e desigualdades da conjuntura atual, a jornada de junho rompeu com a etapa anterior da luta de classes e deixou como herança viva uma maior polarização político-social, o início da recomposição do protagonismo político de massas, perdido nas décadas anteriores, e a retomada de movimentos (como os sem teto, por exemplo) que na etapa anterior vinham sofrendo intensa repressão sem que suas demandas tivessem visibilidade.

Bases da indignação popular

Por que a situação política se alterou de forma tão drástica se o Brasil havia deixado de ser o "país do futuro" para se tornar o "país do presente"? Ou seja, que o futuro havia chegado através de uma série de êxitos em vários terrenos: crescimento do PIB seguido, taxas de desemprego "zero", redução da pobreza e "das desigualdades", descoberta do pré-sal, sede da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

Esse "cenário róseo" acabou sendo deteriorado com a continuidade da crise econômica mundial, com a redução das exportações, do superávit comercial, com o endividamento das famílias, com a estagnação dos salários, com a inflação crescente e com o aumento do desemprego, ou seja, com a falência do "neodesenvolvimentismo". Mas as ondas de junho não tiveram apenas componentes socioeconômicos, mas também políticos, tais como: crescente descontentamento com a corrupção nas altas esferas do poder político, com os bilionários gastos nos megaeventos em contrapartida a piora dos serviços públicos, indignação com a repressão policial vivida cotidianamente nas periferias e a qualquer forma de protesto diante da deterioração das condições de trabalho e de vida da ampla maioria. Mas a rebeldia teve como propulsor também as condições de vida das massas, que se mantém estagnadas ou mesmo piorou nesses dez anos de administração petista.[2]

Uma das maiores "mentiras" contadas e que embalou a popularidade dos governos burgueses pós-neoliberais de Lula e Dilma (ambos do PT) foi a da ascensão social de milhões de pessoas, de que uma nova classe média havia se formado nos anos de governos petistas. Mas os fatos demonstram realidade bem diferente do que esse mar de rosas, os dados dão conta que o que houve foi uma redução momentânea da pobreza através das políticas compensatórias e do aumento do salário mínimo, mas essas políticas não reduziram a desigualdade social, ao contrário, podemos observar hoje um aumento dessa desigualdade quando a referência de comparação é a década de 1980.[3]

A redução da pobreza foi possível a partir do segundo mandato de Lula devido ao aporte as finanças públicas dadas pelo crescimento das exportações na segunda metade da década de 2000. Essa circunstancia econômica permitiu o crescimento do salário mínimo, a redução do desemprego e o crescimento do crédito familiar. Por outro lado, as condições de exploração não apenas se mantiveram, mas na verdade se ampliaram.

A situação precária dos trabalhadores não esta restrita as condições de trabalho. Vivemos uma situação em que 1/3 das residências não contam com coleta de esgoto, apenas 28,2% dos municípios dispõe de programas de saneamento básico e 15 bilhões de litros de esgoto são despejados todos os dias nas ruas, rios e córregos, sem dúvida esse quadro é uma das principais causas do adoecimento da população.

A rebelião popular continua na rua

Para poder seguir governando segundo os interesses da classe dominante Dilma e os demais poderes do estado precisa pacificar a situação política.
Durante as jornadas de junho, devido a massividade e radicalidade do movimento e a queda da popularidade dos governos houve uma mudança significativa na correlação de forças entre as massas, o estado (governos, parlamentares e tribunais) e a classe dominante.
O governo e o congresso foram obrigados a votar 100% dos royalty do pré-sal para a educação e saúde, a corrupção se tornou crime hediondo e o Supremo Tribunal Federal praticamente legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Hoje, ainda como reflexo político desse processo, assistimos a prisão de 11 membros do "mensalão" que até bem pouco tempo atrás poucos apostavam que poderia ocorrer. É fato que essas são questões mínimas e que não vão alterar de forma significativa as condições de vida das pessoas e muito menos a estrutura patrimonialista e corrupta do estado, mas não se pode considerar que seriam possíveis sem a jornada de junho.

Repressão aos movimentos

Outro aspecto decisivo é em relação à forma como o estado trata os movimentos sociais. Com a ação das massas nas ruas e o desmoronamento da popularidade dos governantes a repressão estatal foi colocada em questão, em São Paulo, a PM - uma das polícias mais violentas e assassinas do mundo - foi proibida de usar balas de borracha.
Passando a grande onda de junho, com a redução do número de manifestantes e a recomposição parcial da popularidade dos governos, a correlação de forças volta a se inclinar de maneira favorável para a classe dominante e o estado a empregar os meios mais violentos de repressão. Isso se manifesta de forma concreta no enquadramento de manifestantes em mecanismos de repressão herdados da ditadura militar, como a famigerada Lei de Segurança Nacional que permite aos agentes policiais a invasão de domicílio, a prisão sem flagrante etc.
O fato de voltar a usar bala de borracha em outubro, depois de ser proibidas em junho, demonstra o endurecimento da repressão.

O leilão da bacia de Libras coloca de forma clara os desafios atuais para a luta da classe trabalhadora. Diante de uma situação próxima a estagnação combinada com tendência à alta da inflação, o governo Dilma mantém uma política econômica que combina o

entreguismo e os ataques aos trabalhadores vistos nos dois mandatos de lula. Isso é fartamente observável na questão da infraestrutura, nas concessões das rodovias, aeroportos, portos etc.
Os 500 manifestantes que tentaram se concentrar na porta do hotel Windsor no dia 21 de outubro não tiveram muitas chances diante do um efetivo de 1.100 integrantes, divididos entre Forças Armadas, Força de Segurança Nacional, Batalhão de Choque e etc. A opção feita por Dilma ao capital financeiro, apesar da critica de setores de direita de que o governo é por demais intervencionista é reconhecida mesmo por figuras que são bastante próximas do governo.[5]

A partir dessa nova conjuntura pós-junho de endurecimento da luta de classes invariavelmente manifestantes presos nos conflitos passam a ser enquadrados como formadores de quadrilha. Além da proibição do uso de máscaras nas manifestações no Rio de Janeiro, do emprego da Lei de Segurança Nacional, o governo federal, aliado com o paulista e fluminense atua em máxima sincronia para policiar, prender e reprimir as manifestações. Essa nova postura ficou evidente com a intensa repressão às manifestações em defesa da greve dos professores do Rio de Janeiro no dia 15 de outubro, repressão que resultou em centenas de detidos, autuados como participantes do crime organizado e uso de armamento letal.

O despertar das ruas se demonstra duradouro

A caracterização de que entramos em um novo ciclo político que se pode dizer pode ser fartamente demonstrada pela ação cotidiana da juventude e dos trabalhadores mais precarizados e por uma não menos importante politização de todos os estratos da classe trabalhadora, apesar da inclinação gradativa do pêndulo político à favor da classe dominante.
Após três meses das jornadas de junho podemos reafirmar que entramos em uma etapa de rebeliões populares como dizíamos nos textos que foram escritos no olho do furacão. Ao contrário do que pensam alguns analistas, nesses últimos meses a situação política não retrocedeu às condições da luta de classes anteriores a pré-junho, para nós os acontecimentos políticos apontam em outro sentido.
Há tempos não assistimos uma atividade tão intensa dos trabalhadores e das camadas populares no Brasil, principalmente no meio urbano. Já é uma cena praticamente cotidiana a ação dos trabalhadores sem teto que bloqueiam avenidas, enfrentam a polícia contra mandatos de reintegração de posse ou por políticas efetivas de moradia.
As greves e outras formas de luta que vêm ocorrendo sem dúvida se beneficiam da onda de mobilização junina. Não que essas lutas tenham sido todas vitoriosas ou que não ajam profundas contradições e dificuldades para que a classe trabalhadora e a juventude avancem no processo de resistência e aprofundamento das suas lutas. Mas o fato é que a juventude e os setores mais explorados da classe trabalhadora não querem mais esperar pelo de cima para que as suas condições de existência melhorem.[6]

Unificação é chave para próximo período

As contradições anteriores na nova etapa acabam por se aprofundar, mas agora a situação trouxe de forma inexorável um novo ativismo, uma politização e uma visibilidade maior das mobilizações por todo o país. Em várias frentes os trabalhadores demonstram maior grau de mobilização e enfrentamento com a ordem. [7] Isso podemos ver abertamente nas mobilizações dos sem teto, nas tradicionais campanhas salariais de setembro (metalúrgicos, bancários e petroleiros) e na retomadas das lutas juvenis por mudanças radicais no sistema de transporte ou pela democratização das universidades publicas (como as greves e ocupações na Unicamp e na USP).

Nesses meses que se seguiram a junho uma série de categorias saiu em greve, fizeram passeatas, pararam rodovias e conquistaram aumentos salariais. Outras como os professores do Rio de Janeiro ou estudantes das universidades estaduais paulistas não tiveram suas demandas atendidas. Até ai não podemos dizer que está *tudo como dantes no quartel de Abrantes*. Mas não podemos desconsiderar que novos componentes foram inseridos na luta de classe, categorias como a dos professores da cidade do Rio de Janeiro fizeram passeatas com 50 mil participantes, polarizaram a situação política nacional e apesar do endurecimento da repressão a situação continua explosiva.

Um sintoma do que estamos dizendo é que fatos que antes poderiam passar como corriqueiros

nessa nova etapa se tornam explosivos. A morte de Douglas Martins Rodrigues, estudante de 17 anos, morador da preferia da zona norte no dia 27 de outubro pela policial militar gerou uma rebelião com fechamento de rodovias, queima de ônibus... Esse é apenas um exemplo entre outros em que a passividade frente á violência deu lugar a um patamar qualitativamente superior de resistência e indignação.

Para que esse novo patamar de mobilização se desenvolva e crie condições estruturais mais favoráveis para a luta é necessário resolver questões decisivas centrais, como a unificação entre os setores oprimidos em torno da classe operária, a unificação da esquerda em torno de uma organização sindical única e a construção de um forte partido revolucionário de vanguarda que possa se apresentar como uma alternativa para os lutadores.[8] Esses são desafios estratégicos que só se resolverão com o aprofundamento da luta e da experiência da classe trabalhadora nessa etapa de retomada da ação massiva. Mas para que esses desafios sejam resolvidos é necessário encarar os desafios táticos de forma urgente.

Faz falta a unidade dos que lutam

Para nós o mais agudo é que estamos em um momento de risco da situação política voltar a ser desfavorável para as lutas das massas. A articulação das esferas de poder para reprimir o movimento coloca de forma imediata a necessidade de construir fóruns de unidade entre as organizações independentes da classe trabalhadora e a juventude. Mesmo após toda essa onda de protesto nem os setores que estiveram na frente das jornadas de junho, como o MPL, e nem setores que se colocam na oposição de esquerda ao governo, como CSP-Conlutas (dirigida pelo PSTU), tiveram a iniciativa de realizar nenhum encontro nacional de ativistas para articular o movimento.

A defesa de um movimento não burocrático não pode se confundir com a falta da centralização necessária para qualquer movimento atingir seus objetivos frente à classe dominante ou ao estado. Ao contrário do que tenta caracterizar alguns setores, como a direção do MPL, a estratégia autonomista não se demonstrou a mais eficiente nesse ultimo período. A estratégia *horizontalista* em plena jornada de junho se demonstrou

frágil quando perante a massificação do movimento a direção do MPL em São Paulo chamou o recuo em vez de chamar os setores independentes para a unificação. A fragmentação das lutas e a derrota de algumas lutas importantes, como a dos professores cariocas ou a greve da USP demonstram de maneira clara a necessidade da centralização dos processos de mobilização, da construção de plataformas políticas e ações comuns que unifiquem os setores em luta.

O endurecimento da repressão policial exige que todos os setores encarem de maneira concreta a questão da segurança do movimento. Com a redução da numero de manifestantes e a ofensiva patronal/governamental a juventude adepta das táticas de ultraesquerda, como a Black Bloc tem sido usada como *bode expiatório* para colocar a maioria contra as manifestações. A mídia de massa tem feita uma imensa campanha para separar os manifestantes pacíficos dos vândalos, e as posturas de ultraesquerda que querem impor ao conjunto do movimento suas táticas acabam facilitando o trabalho da imprensa reacionária. Mas essa manipulação é facilitada porque o tema da autodefesa não tem sido tomado de forma consequente pelas organizações de esquerda.

É evidente que quando se fala em autodefesa é necessário considerar a situação política concreta e a correlação de forças em que se esta inserido, mas não ter nenhuma política para garantir a segurança do movimento e relega-la aos setores de *ultraesquerda* certamente não contribui em nada pra o avanço da mobilização e educação política do movimento. A questão é que a situação reacionária vivida nas últimas décadas impôs o desarmamento político em vários sentidos e um deles sem dúvida e o dá autodefesa.

Para finalizar, uma disposição qualitativamente superior para a ação de rua, os problemas estruturais da economia, os megaeventos e as eleições vão criar uma situação político muito mais explosiva em 2014. É evidente que políticas efetivamente favoráveis para os trabalhadores e para a juventude dependerá de um processo de luta massivo e radicalizado para superar as políticas entreguistas do governo Dilma e avançar para saídas anticapitalistas.

[1]Há algumas décadas a classe dominante, com o PSDB e depois o PT à frente do governo federal, impôs uma situação política reacionária em que as lutas eram brutalmente reprimidas e criminalizadas pelo estado sem que houvesse reações políticas das massas. Essa ruptura com a situação política anterior, apesar de deixar os governantes e analistas de gabinete "atônitos" tem motivações bem concretas, tais como: crescimento do custo de vida causado pela inflação, queda do rendimento dos trabalhadores, precarização do trabalho a piora e carestia dos serviços públicos.

[2]Em relação à alguns aspectos as condições de vida pioraram, como é o caso do processo de terceirização, precarização das condições de trabalho e de transporte.

[3]Hoje a participação da renda do trabalho na renda nacional é inferior a do final da década de 1980.

[4]Pesquisa feita pela Plus Marketing em 20 de junho de 2013 no Rio de Janeiro revela que 34,3% dos participantes recebem até um salário mínimo e 30,3% ganha entre dois e três salários mínimos.

[5]Com o modelo de partilha na exploração do petróleo do pré-sal o governo ficará com apenas 40%- na Noruega o governo fica com 60% do óleo extraído -, os outros 60% serão entregues a francesa Total (20%), a anglo-holandesa Shell (20%) e as chinesas CNPC e CNOOC (10% cada uma), mas esse percentual será obedecido se a produção chegar a 12 mi barris/dia, do contrário o percentual destinado ao governo pode chegar a 9,93%. O sistema de partilha é muito vantajoso para as empresas transnacionais, pois a Petrobras tem que ser necessariamente operadora na extração do petróleo o que garante capital estatal para as empresas extraírem o óleo.

[6]Isso apesar do um grande atraso político, da ausência de uma representação a altura das necessidades políticas.

[7]Mesmo temas que antes só chegavam as massas através de apresentadoras loiras de televisão e que tem um ativismo normalmente ligado as classes médias com um perfil político "progre" como a questão da defesa dos animais tem assumido formas mais radicalizadas de luta.

[8]Esses são elementos comuns nos processos de rebelião popular que ocorrem por todo o planeta, e a ausência desses elementos faz com que os processos em curso não consigam superar regimes políticos que de uma maneira ou de outra mantém política de ajustes, ataques as condições de vida ou a repressão direta contra a luta dos trabalhadores, isso não é diferente no Brasil.

Por Martin Camacho

Privatização do petróleo: Dilma supera a FHC

"Ô, Dilma, eu não me engano. Privatizar é coisa de tucano"

Hoje 21 de outubro uma vez mais o governo entrega o petróleo a baixo preço para as empresas estrangeiras comprometendo estrategicamente a soberania energética nacional e sem que o povo tenha retribuição alguma.

Uma vez mais o governo do PT privatiza a riqueza do país. Hoje é o PRE-SAL. Há tempos já se sabe que o governo adota uma política cada vez mais neoliberal, a repressão aos movimentos sociais e privatização das empresas do estado são fatos que demonstram que Dilma governa para as empresas transacionais.

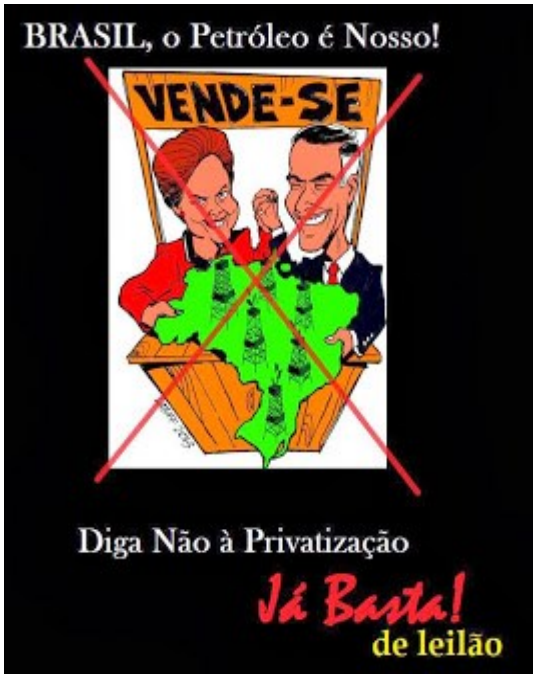
Os protestos contra o leilão nas proximidades do hotel Windsor, onde ocorreu a concessão do campo de Libra, dão continuidade - somados com uma série outras manifestações pelo direito à moradia ou em defesa da greve dos professores fluminenses – há um sentimento generalizado de indignação que se iniciou nas jornadas de junho. Isso demonstra que uma nova situação política se instalou definitivamente no país e que a rebelião popular brasileira continua a se propagar, fato político que se manifesta concretamente em mobilizações diárias por todo o país.

Campo de Libra a riqueza do país em jogo

A jazida de Libra fica aproximadamente a 170 quilômetros do Rio de Janeiro. Ela contém uma das maiores reservas do mundo e pode servir para produzir o dobro do que hoje produz o Brasil. Estima-se que contém de 8 e 12 bilhões de barris de petróleo. Esta riqueza mineral faz funcionar o capitalismo e foi entregue ao imperialismo pelo governo de Dilma para que a explorasse pelos próximos 35 anos.

O petróleo da camada pré-sal, que fica abaixo do um manto de sal de 2 quilômetros de espessura, fica a 5000 metros de profundidade. Para explorar essa imensa reserva tem que ser utilizadas mais de 12 plataformas e o investimento necessário seria na ordem de 150 bilhões de dólares para extrair 1 milhão de barris diários de petróleo, a mesma quantidade que se extrai em todo o país.

Esta privatização da metade do petróleo do estado de uma só vez



dará ao consórcio vencedor (único) uma comissão que ficou dividida da seguinte maneira: Petrobras terá 10%, Shell e Total, 20% cada, e CNPC e CNOOC, 10% cada.

Isto é o que estão festejando os funcionários do governo de Dilma. "Não estamos privatizando o petróleo do pré sal, ao contrário, estamos nos apropriando dessa riqueza imensa que está abaixo do mar e no interior da terra. De nada nos servirá se ela continuar ali deitada em berço esplêndido", disse o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, ao se referir de como vai haver dinheiro para saúde e educação, a grande mentira dos burocratas dos governos para o povo.

A estimativa de lucro se dá na ordem de R$ 3 trilhões, as empresas transnacionais para abocanharem este lucro vão ter que pagar ao governo federal apenas R$ 15 bilhões em 2013. O que pretende o governo é obter uma balança comercial positiva para este ano e pagar os juros da dívida externa, ou seja, todo o dinheiro vai para fora não ficará nada para os trabalhadores e para o povo.

É isso o que o governo está fazendo, entregando o futuro do país na privatização do pré-sal. A política financeira do governo é a favor dos banqueiros e das empresas transnacionais, além do mais, com as privatizações o Brasil acaba ajudando a cumprir o papel de pacificação dos mercados que estão em crise, pois se trata de uma transferência sem igual de riqueza.

O jogo que hoje faz o Brasil é de o salvador do capitalismo e com isso tem que apresentar um superávit fiscal maior do que do ano passado. Essa é a razão pela qual se faz esse escandaloso e apressado leilão do pré-sal. Temos que lembrar que no Brasil 44% do orçamento vai para pagar dívidas com o capital estrangeiro. É isto o que o PT tem como perspectiva, rifar a riqueza nacional para continuar a remunerar muito bem o capital financeiro internacional.

Petroleiros em greve por tudo o país

Há cinco dias uma greve dos petróleos ocorre em todo o país. A paralisação tem adesão de 90% dos trabalhadores e as plataformas estão quase que totalmente sem atividade.

A greve parte de duas questões fundamentais, é contra o leilão e por aumento salarial. Esta greve pode ter importância e transcendência mundial se as burocracias não traírem a pauta que tem mobilizado os trabalhadores.

A greve começou com um dia de paralisação e foi estendendo-se. As demandas foram postas desde há muito tempo, como a luta contra o PL 4330, projeto que legaliza as terceirizações, e também se luta pelo aumento salarial de 16,53%, sendo 10% de aumento real do salário.

Hoje a terceirização atinge todos os setores da produção, mas no setor petroleiro essa questão tem uma repercussão muito grande, dos 480 mil trabalhadores do setor apena 80 mil são empregados diretos da Petrobras, os demais tem contratos de trabalho sem direitos mínimos e sujeitos à demissão em qualquer momento.

Os sindicatos dos petroleiros (Federação Nacional dos Petroleiros), que em sua maioria são dirigidos pela CUT, não convocaram para a luta contra o leilão hoje, só um pequeno grupo se mobilizou no Rio. A burocracia foi pressionada pela base, mas essa pressão não

conseguiu impor uma convocação nacional contra o leilão de Libras e superar a posição governista dos burocratas arraigados ao poder.

Os funcionários da Petrobras falam em traição do PT, isso é um sintoma de que a posição política geral tem mudado e se inclinado à esquerda, além do mais os trabalhadores mais organizados começam a perceber que o governo de Dilma não está do seu lado e engana o povo.

Militarização de Rio para o leilão

O governo teve que chamar o exército para garantir a segurança da operação lesa pátria promovida no Rio de Janeiro. Ficou claro que o estado do Rio não é "seguro" para as mega operações pró-patronais após as jornadas de junho, o que motivou uma verdadeira operação de guerra em torno do hotel Windsor, no qual seria realizado o leilão. "O governo Dilma criou uma zona de exclusão militar, de sítio. Isolou várias ruas no entorno do hotel, uma repressão muito forte. Qualquer avanço dos manifestantes a polícia ataca com bombas, bala de borracha, gás lacrimogêneo", conta o dirigente da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), Claiton Coffy.

Até os banhistas que ficaram nas praias foram dispersados pelos militares. Essa é uma dinâmica que vem se dando há algum tempo, uma repressão totalmente desmedida e truculenta frente às manifestações pacíficas da juventude e dos trabalhadores.

Cerca de mil militares faziam custodia desde o dia anterior ao leilão nas proximidades do hotel. Hoje 21 de outubro a repressão ocorreu desde as primeiras horas quando os manifestantes em um número de 700 tentaram se aproximar do hotel. Vivemos um sintoma da nova situação política, pois os ataques que faz o governo aos trabalhadores se transformam em protesto e enfrentamento com as forças repressivas, por isso é importante unificar as lutas e construir uma coordenação preparar as mesmas.

Seguir a luta contra as privatizações

A luta em defesa dos recursos naturais e para coloca-los a serviço dos trabalhadores será cada vez mais intensa diante de um governo que só tem como perspectiva a privatização. É por isso que temos que pôr na agenda do dia a luta para que o petróleo seja dos trabalhadores e não das empresas nacionais ou estrangeiras.

Hoje o governo está em festa, mas isto não pode durar muito. Para isto temos que fortalecer a greve dos petroleiros com a unidade de todos os setores para que não apenas o pré-sal, mas que todo o petróleo seja dos trabalhadores.

A partir do Práxis, fazemos um chamado a todos os lutadores para incorporar a luta por uma Petrobrás 100% nas mãos do estado e sob controle operário, esta empresa tem que ser controlada pelos trabalhadores e não pelos governos títeres para que os lucros do petróleo sejam apropriados pelo povo e não pelas empresas ou burocracia.

-Por uma Petrobras 100% estatal.

- Não aos leilões que quer fazer o governo

- Fora as empresas estrangeiras dos recursos naturais

O Estado quer legalizar estupro

Por Rosi Santos

O Estatuto do Nascituro é um projeto de lei proposto pelos deputados Osmânio Pereira[1] e Elimar Máximo Damasceno[2] que tramite no congresso nacional desde 2005 e pretende dar direitos jurídicos ao nascituro. Mas agora devido ás pressões da bancada religiosa, cada vez com mais espaço na política nacional, esse projeto pode ser aprovado nos próximos meses. Além de ser um ataque a autodeterminação das mulheres, o projeto também pode proibir as pesquisas com células tronco embrionárias, o que seria um retrocesso histórico da ciência. Este projeto é demasiadamente reacionário pois considera que a vida humana surge desde a concepção, uma ideia puramente religiosa. O Projeto 478 determina que um embrião de só um dia já possui direitos legais como qualquer cidadão e, portanto, qualquer um, ou melhor, qualquer mulher que tente interrompe-lo deve ser penalizada como crime a vida. A um conjunto de células que pode ser criado horas se pretende estabelecer direitos, isso significa um retrocesso histórico na legislação que alias nunca favoreceu as mulheres. Hoje, o direito ao aborto em caso de estupro, má formação ou quando a gravidez coloque em risco a vida da mulher com a aprovação do projeto pode ser perdido se o projeto for aprovado pelos legisladores ultrarreacionários do legislativo nacional.

Um ataque contra os direitos mínimos

O projeto naturaliza o estupro e determina que uma mulher violentada sexualmente não tem o direito de abortar. Além disso, uma decisão judicial poderia obrigar a mulher a conviver com seu estuprador, pois esse poderia assumir paternidade. Ou seja, a mulher teria que se resignar e aceitar o estuprador como "pai" do seu filho ou sofrer as consequências da desobediência da decisão judicial, o que dentre outras coisas poderia levar essa mulher a cadeia. Desse modo, a lei estaria retornando ao início do século XIX o direito da mulher. Hoje a legislação brasileira que torna crime a participação política do povo também poder por esse projeto transformar as mulheres em corpos violáveis que perderiam totalmente a condição de pessoas livres e autônomas.

Queremos avançar e não perder o que conquistamos

O veto do aborto em caso de estupro, acefalia ou risco de morte para as mulheres são hoje os mínimos direitos reprodutivos das mulheres. Mesmo assim querem impor uma lei completamente contrária, isso é ainda mais perverso, não só com as mulheres mas também com o conjunto dos brasileiros que não teriam acesso aos resultados das pesquisas no campo genético envolvendo células tronco. O que condena milhares de pessoas a permanecerem doentes ou com alguma deficiente que poderiam ser resolvidas com o tratamento com células tronco. O projeto proíbe também a fertilização *in vitro* e, portanto, viola o direito das mulheres e homens que biologicamente não podem, mas desejam a maternidade e paternidade.

A igreja não importa as almas, mas o corpo, o corpo com sua liberdade o corpo com sua rebeldia...(José Saramago)

Para piorar as coisas, representantes da Igreja como o tido "progressista" Papa Francisco também condena o uso da pílula do dia seguinte, é expressamente proibido o uso de preservativos pelos fiéis, mesmo que as pessoas morram de doenças como a AIDS e DSTs. As igrejas de diferentes denominações, tanto o catolicismo, como os evangélicos, não desejam fazer justiça contra os casos de estupro e abusos de toda ordem às mulheres e crianças dentro de seus próprios organismos. O governo brasileiro, que investiu dinheiro público e realizou uma campanha massiva midiática na vinda do papa, demonstrou ainda mais seu caráter não secular na medida em que aposta política e financeiramente na conversão do povo a posições religiosas.

Contra o projeto nascituro Barrar esta aberração do Projeto do Nascituro que legaliza o estupro, oprime ainda mais as mulheres e

ataca o direito a pesquisa científica é dever de todos que reivindicam um estado livre e laico. Este projeto é parte do declínio do capitalismo, que não tem outra forma de sobrevivência senão a manutenção da opressão sobre os mais pobres. Para a classe dominante nenhum valor moral ou religioso impede que tenham acesso pleno ao atendimento médico ou a direitos individuais, as mulheres ricas continuaram fazendo abortos em segurança e continuaram beneficiadas pela ciência e medicina mais avançada. Não são as mulheres e nem os que precisam de tratamento com células tronco que são os assassinos e precisam de punição, mas sim os governos e legisladores que pensam em leis opressoras e tornam a vida da população ainda mais difícil. Desta forma, não há surpresa, mas sim cada vez mais convicção de que só com a luta nas ruas com as mulheres e explorados de toda ordem é possível reverter este absurdo e avançar para novas conquistas.

Lutemos pela legalização do aborto livre seguro e gratuito, lutemos contra a ingerência da Igreja e patrões Na realidade, em toda a história as mulheres por uma questão de sobrevivência e evolução buscaram formas de não serem oprimidas pela maternidade. Índias, quilombolas já faziam uso de ervas para prevenir ou interromper uma gravidez. Por que hoje as mulheres no interior de uma sociedade humana e socialmente ainda mais injusta deveriam agir de forma diferente? O que é mais importante é pensar aonde as mulheres pobres terminam realizando os abortos. O estado ao marginalizar as mulheres e criminalizar o seu direito natural as levam para a morte e mutilações, pois estas não veem outra alternativa senão procurarem ajuda em locais com condições precárias e falta de qualificação médica, o que em muitos casos as levam a óbito. Nós do coletivo de mulheres As Vermelhas denunciamos o governo Dilma como cúmplice na morte de milhares de mulheres. Junto com o governo a igreja está escondida atrás desta lei retrógrada. Agora mais do que nunca precisamos tomar as ruas para derrotar essa tentativa de criminalizar todas as mulheres e pesquisadores. Contra o Estado opressor e a igreja Não podemos ficar fragmentadas neste momento, devemos todas e todos barrar este projeto e colocar nas ruas pela nossas vozes a demanda urgente do direito ao aborto. O aborto legal já é realidade em diversos países, onde o aborto legal é fato não há mortes de mulheres e o número de sua execução caiu. Caminhemos para uma campanha nacional pelo direito ao aborto! O aborto é o simples direito das mulheres decidirem sobre o seu corpo.

Notas:

[1] Ex-deputado federal mineiro Osmânio Pereira, preso por corrupção pela Polícia Federal.

[2] Deputado evangélico que também defende a Cura Gay

A luta pelos direitos dos animais

Após o resgate de 278 cães da raça Beagle no Instituto Royal, localizado em São Roque, na madrugada do dia 18/10, que teve participações de Black Blocs e ativistas da Frente de libertação Animal, sendo noticiado em diversos jornais, resultou em uma grande mobilização. Foi marcado um ato no dia 19/10 sábado, em frente ao Instituto. Ao contrário do que a mídia conservadora divulgou amplamente, o ato não teve participação de Black Blocs "infiltrados", pois o grupo compareceu da maneira como foi prevista e divulgada na internet. No local havia a presença de advogados ligados a OAB, que não acrescentaram muito, já que no momento do confronto com a polícia, os mesmos ficaram do lado deles. Os ativistas denunciam que o instituto pratica maus-tratos nos animais em pesquisas. A utilização de animais em práticas de pesquisa tem sido motivo de muitos debates, que podem ser substituídos por métodos alternativos, como peles artificiais.

Devido á presença de muitos grupos, ouve muita discussão a respeito de quem tomaria à frente do diálogo e das ações que seriam tomadas. Em meio às dúvidas e divisão, a tropa de Choque, cujo único papel é o de reprimir e defender os interesses capitalistas começou a lançar bombas de efeito moral, assim desencadeando o confronto direto. A ação da policia foi tão truculenta, que algumas pessoas tiveram que ser socorridas às pressas, pois o efeito do gás e o calor do local causavam desmaios e mal estar.

Em resumo, mais uma vez o governo e a mídia se posicionaram a favor do capital, defendendo o instituto Royal, onde a base é exploração máxima da natureza visando unicamente o lucro, ou seja, a multiplicação do capital nas mãos das grandes empresas farmacêuticas, estéticas e do próprio governo, já que recebem subsídios governamentais. Uma empresa capitalista não é uma entidade filantrópica, não tem nenhum objetivo social, humanitário. É necessário que as pesquisas sejam feitas no sentido de resolver os problemas reais da humanidade e não para aumentar os lucros, dentro dessa perspectiva reestabelecer relações de respeito a vida animal.

Este é só o começo de uma nova geração, que se iniciou em Junho e que está pronta para ocupar as ruas, os "institutos" e fazer valer á verdadeira e importante justiça no mundo. É preciso tirar lições das lutas de Junho e unificado as causas para derrubada desse sistema perverso. Existe uma nova camada de lideranças, na maioria de jovens. O papel da esquerda revolucionaria organizada é, juntamente com esta juventude, refletir sobre acertos e equívocos para construir estratégias e táticas. Precisamos reorganizar a esquerda e colocar os objetivos da luta de classe acima da autoconstrução dos grupos políticos.

Uma luta histórica com muitas contradições

Grandes desafios para o próximo período

Por Martín Camacho

A pauta por democracia é uma das reivindicações que transcendem ao contexto da universidade. Hoje se pode ver como a falta de democracia repercute em todas as universidades do país, e a USP é o exemplo máximo do autoritarismo no meio acadêmico proveniente da ditadura.

Desde o dia 1° de outubro, dia da realização do ato por Direitas, os estudantes estão mobilizados, aliás, uma das mobilizações mais intensas dos últimos anos. A ocupação da reitoria trouxe consigo a movimentação de amplos setores de estudantes, não apenas no campus Butantã, mas também no interior, como São Carlos e EACH. No momento mais forte uns 40 cursos entraram em greve, fato que aglutinou milhares de estudantes na luta. Cursos que nunca fizeram greve ou, mesmo, assembleias se movimentaram por uma pauta unificada, a democracia.

A movimentação foi forte, mas com muitas contradições em seu interior. Trataremos de discutir essa questão, objetivando fazer um balanço das consequências que podem trazer o fim de uma greve de mais de 42 dias sem obter vitorias. Esse é um esforço importante para tirarmos as conclusões necessárias para reencaminhar a luta no próximo ano por democracia e contra a repressão.

Massificar e unificar a luta é estratégico

Uma das questões que enfrentamos constantemente é a unificação da luta dos estudantes com os trabalhadores e a necessidade de manter o movimento massificado e na rua, pois só assim se poderia fazer recuar a reitoria de uma forma contundente. A suspensão do mandato de reintegração de posse por 60 dias foi apresentada como uma grande vitoria do movimento e uma garantia de que poderíamos ocupar a reitoria até o início de dezembro. Essa abordagem - confiança nas instituições do regime - acabou por iniciar um processo de arrefecimento da greve, pois a direção do DCE transmitiu para parte importante dos estudantes que estavam em luta que não se corria o perigo de uma reintegração violenta, que o diálogo estava garantido e que não era necessário sair para as ruas com mais força.

Nunca é bom confiar na justiça burguesa, os antecedentes demonstram que sempre vão em um momento ou outro contra os que lutam. No dia 15 de outubro, na repressão contra a passeata dos estudantes em apoio á greve dos professores do Rio de janeiro e por democracia na universidade, a repressão prendeu 56 estudantes e a policia voltou a usar balas de borracha em uma repressão desmedida contra o movimento que cometia o "crime" de ocupar as ruas. Esta repressão foi chave para desmobilizar os estudantes.Em parte porque o papel que cumpriu a direção do DCE foi de recuar e tirar a luta da rua, pois foi contra a realização de um ato no centro da cidade, essa tática foi um erro muito total, pois não impulsionou os estudantes e a universidade como um todo para denunciar a repressão sofrida e manter a opinião pública que do lado dos estudantes. Depois disto foi que o movimento começou a esvaziar e é quando as correntes de ultraesquerda ganham peso nas assembleias aprofundando a divisão do movimento.

Primeiro erro: direção não apostou em uma pauta unificadora

Uns dos maiores erros foi a ausência de unidade com outros setores da universidade, especialmente com os trabalhadores que desde o primeiro dia estiveram com nós. A consigna direitas paritária proposta pela direção do DCE não aglutinava a consigna dos trabalhadores que pediam diretas universais.

A divisão do movimento devido a esse sectarismo da direção do DCE se percebeu desde a primeira assembleia no dia 1° de outubro, a falta de uma bandeira comum para unificar foi produto disso. Foi o que determinou a continuidade das diferenças e a não inclusão de grandes contingentes de estudantes que tinham a intenção de ingressar na luta mas que se afastaram por meras mesquinharias oportunistas. Tanto como o DCE que não levou a consigna de voto universal como os diferentes grupos que veem o DCE como o principal inimigo sem

perceber que a consigna tinha que cumprir o papel de unificar para avançar a luta.

A direção do DCE perdeu a oportunidade no momento certo de massificar e radicalizar as ações, isto tinha que ser feito nos primeiros dias da greve, mas não foi assim, esperava que através do "diálogo" com a reitoria se solucionassem os problemas. Já é sabido que a reitoria não vai dialogar, temos que ter clareza que o que podemos conseguir no futuro será por médio de ações mais radicais com o conjunto dos estudantes.

A dilatação no tempo das atividades levou a um desgaste lógico dos que participavam nas mobilizações e muito mais dos que se incorporavam pela primeira vez. Foi pelas mesquinharias que as assembleias e os atos foram ficando menores. Obviamente partimos de um nível baixo de compreensão. Os grupos como o NN, PCO, LERQUI, POR dividiram constantemente o movimento como é costume dos grupos sectários e/ou oportunistas. Não foram capazes de propor uma alternativa unificada. O umbiguismo destes grupos só trabalha para eles mesmos fortalecendo as tendências antipartidárias.

Dentro deste contexto, a LERQUI em seu desespero por procurar uma política "diferente" propôs derrubar os muros da San Remo, uma política não só por fora do movimento estudantil senão dos próprios moradores do bairro, ou seja, um método político com base social na pequena burguesia que não contribui em nada com a mobilização. Estas posições contrárias ao conjunto dos estudantes prejudica a luta e não trazem boas referencias para as próximas lutas.

Conquistar algo ou perder tudo por sectarismo?

Outro aspecto a ser analisado é que a reitoria demonstrou certa intenção de viabilizar - obviamente não contemplava mudanças na estrutura de poder e formas de gestão dos espaços estudantis – a entrega controlada pela burocracia do bloco K e L. O que era insuficiente, mas poderia ter sido uma vitória real, foi perdido porque a direção do DCE demonstrou inabilidade total na hora de negociar as pautas dos estudantes. Ao invés de garantir no termo de acordo com a reitoria que não haveria repressão a direção do DCE aceitou colocar no acordo que não haveria repressão política, mas que haveria investigação administrativa.

É lógico que com uma formulação dessas não seria possível acabar com a greve e ao não sair da greve no momento justo, quando a correlação de forças ainda eram favorável para os estudantes, a situação só iria se complicar. Depois, quando a correlação foi invertida – a liminar que garantia a permanência na reitoria e a redução dos cursos em

greve -, a reitoria tomou a ofensiva nas decisões e impôs a repressão. A cegueira de não ver o que acontecia levou a equívocos um atrás do outro no momento final da greve, afastando e desmobilizando a maioria dos estudantes dos organismos de luta.

Nós tínhamos a percepção que a greve não tinha a possibilidade se seguir avançando nas reivindicações e que era hora de voltar aos cursos para seguir a luta em outras instâncias, preparando o que esta por vir. É por isto que temos que ter clareza do momento que estamos onde não ha tempo para perder e os erros tem que ser vistos no momento oportuno, para que as coisas não morram por degeneração como hoje acontece: militantes que agridem militantes, acusações de um parte a parte...

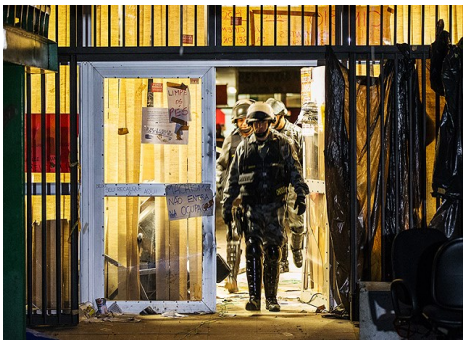
A postura anti DCE como política para tudo é produto da falta de política própria para o movimento e que tem como base o baixo nível político que impera na universidade. Uma política que não vê o conjunto das problemática é antimarxista, pois não compreende em que momento e em que circunstancias ter que ser colocadas as ações mais radicalizadas. Os seguidores desta política em parte são consequentes com a tarefa principal para eles: ser contra as propostas da direção do DCE independente do que seja. Por isso, nós do JÁ BASTA! lutamos por uma nova postura frente aos acontecimentos, que tome de conjunto a realidade nacional e universitária.

Não podemos ficar cegos diante de uma linha apenas porque parece ser mais radical, mas entender que para ser radical deve atender as necessidades ser acompanhada pela maioria dos estudantes. Uma política separada das bases perde o sentido, nós como marxistas revolucionários queremos dar uma resposta de conjunto aos estudantes para que se incorporem a luta por uma universidade inclusiva e democrática.

Qual estratégia para lutar

Para os próximos passos a seguir temos que continuar com a luta por democracia com o novo reitor que vai ser eleito de forma totalmente autoritária como vem acontecendo.

Temos que fazer sentir o novo reitor que ingressa em uma posição não grata para os estudantes que não escolhem os dirigentes. Temos que avançar nos mecanismos para unificar as próximas lutas e tirar todas as conclusões possíveis para que os acontecimentos que hoje se vivem não se repitam no futuro. O que conquistou a greve é que é possível massificar e mobilizar o conjunto dos estudantes com uma política correta e integradora.



20 de novembro: dia da consciência negra no Brasil

No próximo dia 20 de novembro, a sociedade brasileira comemora o dia da consciência negra, que marca a morte de um grande brasileiro e herói esquecido pela sociedade, Zumbi dos Palmares. Ele foi o mais famoso líder do Quilombo dos Palmares. Nascido no ano de 1655, na antiga Capitania de Pernambuco, Zumbi foi um dos principais representantes da resistência negra à escravidão na época do Brasil colonial.

Passados 318 anos após a sua morte, que ocorreu em 1695, a realidade dos negros no Brasil não mudou muito. Entre às leis criadas, como a lei áurea, que libertou os escravos e a falta de políticas públicas para inserção do negro na sociedade brasileira, os afro-brasileiros ainda sofrem uma dura realidade. Segundo dados do IBGE, 97 milhões de brasileiros se declararam negros ou pardos, no ultimo censo, ultrapassando em 6% o número de brancos no Brasil. No ano de 2010, 49.932 pessoas foram vítimas de homicídio, sendo que deste total, 70% eram negros e 57 % eram jovens negros. O trabalhador negro recebe 36% menos que um trabalhador branco e estes índices aumentam no caso das mulheres negras. O extermínio dos jovens negros nas periferias nos dias atuais, a falta de oportunidades no âmbito do trabalho, do ensino superior, demonstram como a luta pelos direitos raciais são importantes e não devem ser esquecidos.

A sociedade brasileira se coloca como uma "miscigenação" de etnias, mas a realidade demonstra o quanto o preconceito é latente em todos os âmbitos privados e públicos.

Neste dia 20 de novembro devemos relembrar a luta de Zumbi por igualdade de direitos entre brancos e negros, pois só assim podemos vencer o preconceito e viver numa sociedade realmente igualitária.

Pelo fim da policia militar

Por Chaime Abade

Após a morte do adolescente Douglas Rodrigues, de 17 anos, na zona norte de São Paulo por um tiro de um policial militar, que diz ter sido "acidental" e do jovem Jean, de 16 anos, no chamado "auto de resistência", a população revoltada começou uma série de protestos na maior rodovia do país, a rodovia Fernão Dias.

Cansados da violência diária da policia militar na periferia, a população transformou seus gritos de indignação em um protesto violento, que culminou em incêndios e depredações.

Há décadas em São Paulo e no Brasil existe uma política de extermínio por parte da policia militar, da juventude negra e pobre das periferias. O caso Amarildo, que foi torturado e morto no Rio de Janeiro é um exemplo de quanto o fato não é mera coincidência, mas uma prática diária e corriqueira.

Os movimentos sociais e entidades de direitos humanos de São Paulo reivindicam o fim do chamado " auto de resistência", que legaliza à ação de extermínio da polícia em confrontos truculentos.

O próprio caráter da policia militar do Brasil foi contestado e deslegitimado na reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, do dia 30 de Maio de 2012, que recomendou a abolição da policia militar, devido a execuções sumárias e de violações dos direitos humanos. O governo brasileiro não se pronunciou sobre o assunto, visto que não pode perder seu instrumento de

garantia da "ordem social".

Enquanto às famílias dos jovens assassinados da zona norte de São Paulo choram suas irreparáveis perdas, a mídia conservadora só criminaliza as ações da população revoltada, não dando a menor visibilidade por parte dos inocentes.

A grande verdade está latente e viva. A violência gera a violência , assim como aconteceu em São Paulo e no Rio , pois enquanto houver este tipo de extermínio fascista e racista por parte das policias haverá uma reação igual ou mais intensa por parte das periferias esquecidas e marginalizadas. É chegada a hora de apoiarmos nossos irmãos nessa luta desigual e desumana contra a repressão policial e o extermínio da juventude negra e pobre das periferias.

"Já basta dessa violência!". A proposta de desmilitarização da policia –como fazem algumas organizações de esquerda – significa reivindicar uma forma de repressão ao movimento e aos trabalhadores mais eficientes.

Em países onde a polícia não é militarizada, como EUA, por exemplo, está cumpre o mesmo papel que no Brasil. Por isso, é necessário lutar pela dissolução imediata dessa instituição e pela construção de comitês populares de defesa dos trabalhadores e da juventude, pois apenas assim poderemos garantir a segurança das massas e o julgamento daqueles que cometem crimes contra os trabalhadores e a juventude.

O que significa tomar a militância como uma "profissão"?

Por José Luis Rojo

Uma nova camada de militantes está ingressando em nosso partido; o mesmo está ocorrendo em alguns núcleos de nossa corrente internacional. Esta é a razão pela qual estamos levando adiante esta coluna dedicada aos problemas da construção partidária: tem o objetivo de transmitir ensinamentos que fortaleçam o salto construtivo que estamos vivendo. Como parte deste esforço, nesta oportunidade nos dedicaremos a uma série de problemas "delicados": as cotizações, o salto dos companheiros a quadros partidários e, sobretudo, o assumir a militância como projeto de vida.

"Bancamos" o partido entre todos

Quando um novo companheiro ingressa no partido, uma das primeiras discussões que se colocam é da sua cotização. Isto no é casual: as cotizações pessoais são o fundamento material da existência do partido. Seu critério de principio é evidente: a diferença dos partidos patronais, a organizações revolucionárias como as organizações políticas da classe operária, só podem ser financiadas pelos próprios trabalhadores; em particular, os integrantes do partido.

A apresentação da questão da cotização nunca é simples entre os novos companheiros. Este é um "reflexo" que provém da sociedade em geral, e que está vinculado com os "direitos" e "obrigações" para com a organização com um todo. Para qualquer novo companheiro – principalmente se é estudante; entre os trabalhadores a circunstância possui aspectos muito distintos – o ingressar em uma organização revolucionária é sentido como perda da sua "individualidade": uma "interrupção" do "fazer o que quero, quando quero e onde quero".

Sem dúvida, é evidente que se trata de um reflexo ilusório, porque qualquer posição de classe na sociedade significa sempre determinadas obrigações, e sem falar das obrigações que se desprendem do trabalho explorado.

Porém no terreno político a vivencia é que ingressar no partido significa uma espécie de limitação da "liberdade política individual". Este é um sentimento habitual nos companheiros que, no entanto não ingressaram na organização; quando o fazem, esta sensação se dissipa imediatamente.

O fato é que o capitalismo e a democracia liberal transmitem uma ideia unilateral, individualista, da liberdade individual. Marx sublinhou sempre que a perspectiva do comunismo é a de uma sociedade "onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos". Porém esta perspectiva está visualizada como subproduto de uma obra coletiva onde cada personalidade se desenvolve – o oposto ao *estalinismo*, onde a personalidade individual é negada e massacrada pela bota burocrática – como parte de uma experiência que é social, coletiva, realizada no centro da luta de classes e do partido; e que implica tanto direitos como obrigações conscientemente assumidas.

A questão da cotização aparece com uma "segunda escala" neste processo. Porque significa algum tipo de "sacrifício" (por mínimo que seja) na disposição dos fundos individuais para colaborar com a empresa coletiva que é o partido.

Esta sensação se dissipa quando o companheiro toma consciência que a construção e intervenção política do partido implicam enormes gastos e que não há maneira de funcionar uma organização socialista revolucionária que não seja a partir de uma base financeira criada pelo aporte da militância. E tem mais: muitas vezes é a própria militância que se coloca na defensiva com os novos companheiros nesta discussão. Atendendo as suas próprias características, é provável que o novo militante tenha clareza que não há empreendimento possível sob este sistema que não tenha suas próprias finanças e perceba natural que se coloque sua colaboração econômica – isto porque o companheiro já tem uma

vida profissional ou por outra razão qualquer.

Uma discussão educativa com cada companheiro que ingressa na organização é fundamental não somente para as finanças partidárias, mas também na formação do próprio militante, ao que de uma ou de outra maneira lhe "cai a ficha" que acaba de ingressar em um "coletivo de vontades" e que, portanto, tem tantos direitos como obrigações com a organização em seu conjunto.

As finanças partidárias em seu conjunto

O problema da cotização dos militantes nos leva ao mais geral das finanças partidárias. Grosso modo há dois tipos de finanças do partido: as ordinárias e as extraordinárias. As ordinárias têm que ver com as cotizações da militância, as campanhas financeiras, inclusive os portes especiais que se conseguem habitualmente ou em épocas de campanha onde por determinadas razões (herança, demissão do trabalho, contribuição de uma pessoa que por razão que seja quere colaborar em grandes somas) se contribui com uma soma maior que a habitual as finanças do partido. Também entram dentro destas a cobrança do periódico e as publicações em geral, assim como todo tipo de iniciativas financeiras regulares. As finanças ordinárias são a base de todo o sistema de finanças da organização, isto na medida em que combinam o critério financeiro com o construtivo: é a militância que banca o partido! Isto não quer dizer que não haja outras fontes de financiamento, inclusive financeiramente mais importantes que as normais. Estamos falando das finanças extraordinárias, que vão desde ingressos obtidos pela legalidade, fundos que se possam obter tirando do Estado determinado financiamento, negócios comerciais, assim com outras tantas maneiras sobre as quais Lênin havia se debruçado e que requer uma rigorosa avaliação de tempo e lugar para ser levado a cabo[1].

A revolução da personalidade com um todo na militância

Queremos dedicar este espaço a outra questão crucial na vida de todo militante: o problema da "militância profissional". Ao que queremos nos referir com esse tema? "Simples": tem que vê com ao que dedicará sua vida o militante. Claro que há graus de graus de militância: companheiros de base, quadros e dirigentes nacionais, dito sumariamente. O militante pode desenvolver o conjunto destas experiências em sua extensão total, ou pelas razões que sejam, manter-se em um estado determinado. Isto tem haver não apenas com questões subjetivas, mas objetivas também, as que confluem – ou não – na perspectiva de assumir de maneira crescente a militância como uma "profissão".

As objetivas têm haver, ainda que de todas as maneiras, tenha que trabalhar- as escolhas têm haver com aspectos mais "ideais": a encruzilhada ao reder de possuir uma serei de alternativas na mão, e ter que escolher qual rumo tomas na vida; o que ganhar, também, o que "sacrificar".

É aqui onde se coloca a problemática da "militância profissional". Está colocado o problema de como partido pode ajudar ao companheiro operário para que possa sobrepor-se ao julgo do trabalho diário explorador e desenvolver-se como quadro partidário. Isso não é fácil em organizações de vanguarda onde a quantidade real de companheiros operários se conta, muitas vezes, como os "dedos de uma mão", e então não pode "retirar" trabalhadores com se desprenderia uma leitura mecânica do *Que fazer?*. Em todo o caso, o partido terá que ver como ajudar de maneira especial estes companheiros [2].

Em seguida está o problema dos companheiros provenientes do

principalmente, com os companheiros provenientes do meio operário e que antes de ingressa no partido assumiram uma série de obrigações às quais não pode dizer "obrigado não fumo"; entre elas, as mais clássicas: ter uma família com filhos e ter que mantê-los. Se em geral o operário não pode escolher entre trabalhar ou não em templo integral na fabrica, para o companheiro estudante – mundo estudantil. Nestes casos o problema passa mais por uma decisão de vida, que pelo outro lado. Quer dizer, se resolver dedicar-se centralmente a militância revolucionária. Daqui o conceito de Lênin de "profissão" que tem haver com a dedicação que se dá a mesma: tomá-la como uma profissão a liga a esta dedicação. Um problema aqui é que muitos companheiros e companheiros

creem que se trata, outra vez, de algum tipo de "cerceamento" de suas possibilidades de desenvolvimento. Porém o que se perde de vista é que se trata de uma contraposição formal entre "possibilidades ideais" e o desenvolvimento real da personalidade total de cada militante revolucionário pela atividade revolucionária.

Esta era a abordagem que fazia George Lukacs (antes de se fazer estalinista) em História e consciência de classe, onde de maneira agida coloca que a personalidade era "absorvida" pela militância revolucionária. Porem, agregamos nós, uma "absorção" revolucionária onde a personalidade se revoluciona e se desenvolve até limites inesperados; não conheço companheiro mais antigo que diga que o partido não o transformou.

Trotsky comentava este tema em seus textos sobre a evolução da personalidade de Lênin: "Estes maquinista prodigioso da revolução tenha em vias uma única coisa, não apenas na política, mas também em seus trabalhos teóricos, em seus estudos filosóficos, assim como nos estudos de línguas estrangeiras e em suas conversações: o objetivo final. Era inclusive o utilitário mais inflexível que produziu o laboratório da história. Porem com seu utilitarismo se combina com a mais ampla visão histórica, sua personalidade não diminuía nem se empobrecia por isso; muito pelo contrário, se desenvolvia e enriquecia sem parar, à medida que aumentava sua experiência de vida e ampliava a sua esfera de ação" (Trotsky, Lênin) [4].

A personalidade não é algo "fixo" pela vida toda, rígido, ou cujas limitações não poderiam ser superadas: se revoluciona de cima abaixo no curso mesmo da luta revolucionária e da construção do partido. A militância revolucionária é o ofício mais apaixonante e revolucionário que existe!

As responsabilidades dos companheiros remunerados

Tem que se estabelecer uma distinção entre tomar a militância como profissão e aqueles companheiros que são remunerados, quer dizer, que vivem economicamente por conta do partido. Trata-se de dois aspectos distintos, ainda que tenham em alguns casos relação. No geral se tem superficialmente a impressão (pela palavra "profissão") que o primeiro se reduziria ao segundo. Isso é um erro. Quando falamos de tomar a militância como profissão, o que estamos assinalando é se esta atividade está colocada no centro de nossas vidas; isto de maneira completamente independente de se estamos remunerados ou não. O fato é que no geral dos quadros partidários – a atividade em geral, porem apenas uma minoria deles está reminerado.

Quando falamos de companheiros "remunerados" falamos de outra coisa: aqueles companheiros que são imprescindíveis para o partido em um momento determinado de seu desenvolvimento, e que pelo caráter de suas atividades, não poderia fazê-las – no geral, porque existem muitos caos que não é assim – se encontram trabalhando **[5] .**

Claro que aqui há um conjunto de determinações a respeito da proporção de remunerados que tenha uma organização: o tamanho do partido, suas relações orgânicas com a classe operária, as circunstâncias da luta de classes, etc. Trata-se de condições que devem ser avaliadas em cada caso concreto.

Isto pode dar lugar a dois desequilíbrios característicos: que o partido, por carência de suficientes finanças ou por concepções equivocadas, careça de remunerados imprescindíveis para o seu desenvolvimento; o que, por oposição, se estabelece um desequilíbrio total onde "todo mundo" está remunerado [6] .

Ao mesmo tempo tem que ter claro que o tema da remuneração é toda uma problemática para o companheiro remunerado. Tem que ter uma determinada autodisciplina, uma aplicação ao trabalho. Tem que fazer "honra" à remuneração todos os dias: que renda a atividade quando o militante ou quadro remunerado não tem um "patrão"

que lhe controle seus tempos. Além do mais a remuneração "desenraiza" até certo ponto; principalmente quando se trata de organizações pequenas, ou com um movimento operário que não é socialista. E sem dúvida, é imprescindível se se quer avançar na construção do partido e seu limite último é algo bem material e nada "idealista": que existam companheiros que possam dedicar-se a tempo integral a atividade e construção do partido; e ninguém pode ter tal tempo completo se todos os dias trabalha 8 ou 12 horas.

Notas:

1 - Lênin chegou a planejar assaltos aos bancos para poder financiar o partido; de toda maneira ações desse tipo são, evidentemente, muito perigosas: quase sempre acabam saindo mal porque geram uma reação contra o partido. Na história do *morenismo* o assalto ao banco do Peru nos anos 1960 – uma ação sobre a qual Moreno esteve contra – deixou vários militantes presos por vários anos.

2 – Além do mais, Lênin propunha "liberar" economicamente esses companheiros e coloca-los por conta do partido (algo impossível e desaconselhável nas atuais circunstâncias histórias), há um enorme trabalho educativo que o partido deve levar a cabo, ligado a facilitar e lutar para que o companheiro operário amplie suas perspectivas, se projete nas atividades além das especificamente de sua fábrica, sindicato ou puramente sindicais, além de ajuda-lo também de maneira econômica para liberar em parte de sua carga de trabalho, por mais que permaneça na fábrica.

3 – Profissão provém do latim, *professio*: exercer um ofício, uma ciência ou uma arte. A profissão pode ser abordada como um emprego que alguém exerce e pelo que recebe uma retribuição econômica; porém não há uma relação mecânica entre as duas. No geral, lãs profissões requerem um conhecimento especializado e formal, que só se adquire depois de um processo educativo. Os ofícios, ao contrário, consistem em atividades "informais" cujo aprendizado se consegue na prática. De todas as maneiras, o limite entre profissão e ofício é difuso.

4 – se surpreende aqui que Trotsky utiliza a palavra "utilitária" não no sentido pragmático e estreito atual, mas sim da personalidade "prática" que sabe colocar sua inteira personalidade ao serviço de um objetivo e que revoluciona sua personalidade de acima abaixo nessa atividade. Atividade que em nosso caso é a mais apaixonante que existe: a revolução socialista.

5 – As remunerações colocam uma série de dificuldades, porque se por um lado libera para assumir com dedicação suficiente as responsabilidades do caso, por outra parte tende a gerar determinada "dependência", sobretudo quando se prolonga o tempo. De que o tema seja delicado e sempre se deva ter um "equilíbrio" em relação a sua duração.

6 – Esse desvio sofreu o velho MAS onde o correto giro para fazer a campanha eleitoral em 1983, acabou criando um "exército de remunerados". O caso é que as proporções relativas devem se respeitar atendendo ao fato que se a nata dos quadros partidários está remunerada, se coloca a problemática que tal partido se separe da realidade e começa viver uma vida a parte que acaba em desvios políticos e de todo o tipo.

Eleições na Argentina em um horizonte de crise socioeconômica e política

Por Roberto Ramírez, Buenos Aires

Bons resultados para a esquerda "vermelha", mas também enormes responsabilidades

No dia 27 de outubro, realizou-se o "segundo ato" das eleições legislativas, que marcam a metade do período presidencial de Cristina Fernández de Kirchner.

Nelas, como já havia ocorrido com o "primeiro ato" deste ano eleitoral – as eleições "primárias" de 11 de agosto passado –, houve um importante crescimento dos votos da esquerda "vermelha". Quer dizer, para as listas de organizações trotskistas, em primeiro lugar a Frente de Esquerda e dos Trabalhadores (FIT) – composta pelo Partido Operário (PO), o Partido dos Trabalhadores Socialistas (PTS) e Esquerda Socialista (IS), e também pelo novo MAS (Movimento ao Socialismo).

Paralelamente, em ambas votações – as de 11/08 e 27/10 –, assistiu-se a um forte retrocesso de outras expressões de esquerda. Referimo-nos aos setores da esquerda "rosada", que antes costumavam estar no primeiro plano eleitoral dessa faixa. Dentre eles, vale mencionar três: 1) o MST (Movimento Socialista dos Trabalhadores), afinado internacionalmente a algumas correntes do PSOL e que considera o Syriza da Grécia como o modelo atual de agrupamento político; 2) a AyL (Autodeterminação e Liberdade), encabeçada pelo ex-deputado Luis Zamora, que sustenta um *autonomismo* pós-moderno antipartido; 3) Maré Popular, coalizão que mostra um chavismo "moderado", encabeçada pelo deputado nacional Claudio Lozano junto com dirigentes estudantis e sociais, provenientes da Frente Popular Dario Santillán.

É necessário destacar esse aspecto, porque é menos conhecido internacionalmente. A ascensão eleitoral da esquerda revolucionária foi simultânea à queda da "esquerda" rosada em suas diversas variantes. Assim, ficou desmentido o suposto "axioma" de que a esquerda, nessas épocas, só pode conseguir êxitos eleitorais renunciando a programas revolucionários e adotando um reformismo rosa pálido, que não assuste eleitores.

Explicação prévia imprescindível: o fraudulento sistema eleitoral da Argentina K

Antes de entrar no balanço geral das

eleições, no qual se coloca a votação da "esquerda vermelha", é imprescindível explicar ao leitor brasileiro o insólito e enganoso sistema eleitoral imposto pelo *kirchnerismo*. É, em parte, uma péssima cópia do sistema dos EUA.

Fazem-se duas eleições. Primeiro, se realizam as PASO (Primárias Abertas Simultâneas Obrigatórias), que se efetuaram em 11 de agosto. Essas "primárias" são um filtro que elimina listas e candidatos. Depois, com os que ficaram, realizam-se as eleições definitivas, as de 27 de outubro. Ainda que os partidos e coalizões que se apresentam não tenham listas competidoras, mas uma única, é igualmente obrigatório passar pelo filtro nas "primárias".

Junto com maiores exigências de milhares e milhares de afiliados para que os partidos tenham legalidade eleitoral, o *kirchnerismo* estabeleceu esse sistema com dois propósitos.

Primeiro, pra tratar de recuperar o tradicional e perdido bipartidarismo. No calor das crises sociais e políticas, especialmente a do "argentinazo" (a explosão social de 2001), foi-se produzindo uma perigosa fragmentação política dos partidos patronais, principalmente nos dois maiores e tradicionais, o peronismo e o radicalismo. Supunha-se que fazendo eleições "primárias", estilo EUA, para designar candidatos, suas frações e correntes se reunificariam dentro desse mecanismo. Isso fracassou.

O outro objetivo foi a proscrição da esquerda, impondo grandes exigências de legalidade eleitoral e depois o filtro das PASO.

Balanço geral das eleições

Ainda que em ambas votações a esquerda "vermelha" tenha conseguido cifras importantes, que analisaremos em detalhe mais adiante, a tendência principal não foi nesse sentido.

A Frente para a Vitória (FpV), a grande coalizão oficialista da presidente Cristina Fernández, perdeu 4 milhões de votos em relação às anteriores eleições de 2011. Foi uma clássica eleição de "voto castigo".

Uma fração minoritária desses votos foi para a esquerda "vermelha" – o FIT e o Novo MAS - , o que explica seu grande crescimento em relação a 2011, que logo veremos em números. Mas, ao mesmo tempo, uma análise séria não pode ignorar que a maior parte dos votos perdidos pelo *kirchnerismo* marchou no sentido oposto: um voto conservador, com distintos matizes e candidaturas, todas situadas à direita do atual governo.

Com grandes traços, a oposição

patronal conseguiu impor seu "programa" conservador: a necessidade de um governo mais "normal", que seja amigável aos "mercados", e que a inflação e a "segurança" devem estar no topo da sua agenda etc. etc. Mas, simultaneamente, esse voto, no conjunto indiscutivelmente conservador, tem suas nuances.

O principal beneficiado foi Sergio Massa, prefeito de um distrito da Grande Buenos Aires, que ocupou altos cargos nos governos *kirchneristas*, entre eles chefe do Gabinete de Ministros.

Para tais eleições, Massa organizou a coalizão opositora Frente Renovadora (FR). Muitos de seus votantes, desgostosos pela situação econômico-social e a gestão de Cristina, o veem como um representante dos "anos dourados" do *kirchnerismo*. Massa, um camaleão político que passou por todos os governos desde meados dos anos 90, cuidou muito bem de afastar tais equívocos.

Mas o signo conservador neoliberal de sua candidatura – patrocinada pelo monopólio midiático do Clarín, a Globo argentina – não deixa dúvidas.

Outro beneficiário, ainda que menor, da migração conservadora do "voto castigo" a Cristina, foi Mauricio Macri, prefeito da Cidade Autônoma de Buenos Aires, que encabeça o Pro. Diferentemente de Massa, Macri não dissimula. É uma espécie de Geraldo Alckmin portenho: seu neoliberalismo raivoso se combina com seu afã de reprimir com extrema violência qualquer protesto.

Por último, como uma versão mais de "centro-esquerda" ou "moderada" do voto conservador, se coloca a coalizão UNEN, aliança dos restos dispersos do radicalismo com o centenário Partido Socialista de tradição liberal-gorila, além de outros grupos menores.

Um grande problema da burguesia é que ainda não tem uma força indiscutivelmente hegemônica para fazer a substituição do *kirchnerismo* nas eleições presidenciais de 2015. Todos, começando pelo exitoso Massa, são coalizões e partidos de alcances mais regionalizados: Massa e sua Frente Renovadora na Província de Buenos Aires; Macri e o Pro na cidade de Buenos Aires; UNEN na província de Santa Fé, governada pelo PS.

Assim, o governante FpV de Cristina Kirchner, ainda que muito debilitado, segue sendo a principal força política em escala nacional e com maioria (precária) em ambas as câmaras do Congresso Nacional. É uma primeira minoria muito deteriorada, mas sua

força é a debilidade ainda maior de seus adversários em sua construção nacional.

Perspectiva de transição traumática

Os dois anos que faltam do mandato presidencial de Cristina ameaçam ser traumáticos. A economia nacional vem sofrendo paulatina deterioração, perdas de reservas e inflação crescente. Em sua costumeira linguagem crítica, os economistas e políticos patronais de todos os campos falam da necessidade de um "sinceramento" da economia. Ou seja, um brutal ajuste que faça a crise ser paga pelos trabalhadores e os setores populares.

Mas quem põe os pingos nos is? Esse assunto crucial não esteve abertamente presente na campanha eleitoral. A grande maioria não espera que isso possa vir. Porém, o grosso dos votantes operários e populares – tanto os que se inclinaram por Massa como pelo *kirchnerismo* – tem a expectativa de manter "melhorada" a situação atual.

Qualquer grupo que pretenda aplicar o ajuste que parece necessário deverá pagar um alto custo político, além de desatar elementos de instabilidade social e rejeição. Por essa razão, a patronal exige de Cristina que seja ela a se encarregar de aplicá-lo já, fazendo o trabalho sujo que deixe aberto o caminho ao próximo governo, a chegar em 2015.

Esse é outro elemento de crise nas alturas. O *kirchnerismo* vai fazer tranquilamente um haraquiri político em beneficio do governo que o sucederá? Não está claro que esteja disposto a levar adiante as medidas de ajuste com o rigor necessário.

Assim, um panorama de incertezas se avizinha ao redor das contradições que rodeiam a derrota e o fim do ciclo K. A passagem ao novo governo não será sem crises e conflitos.

A Argentina viveu nos últimos 30 anos duas transições e agora se encaminha para uma terceira. Talvez os traumas não sejam tão graves como os explosivos finais das presidências de Alfonsín (1989) e De la Rúa (2001), no meio de circunstâncias de hiperinflação, hiper-recessão e conflitividade social aguda. Isso ainda não acontece.

Mesmo assim, nada permite assegurar, com certeza, que não será assim ao final. Cada período de transição teve suas bombas-relógio. No meio, não se pode descartar que outra vez apareça uma grande crise. Menos ainda na Argentina, país cuja classe trabalhadora é caracterizada por grandes tradições de luta.

O voto da esquerda "vermelha"

É dentro desse panorama social, com todas as suas contradições, que uma faixa minoritária do voto *kirchnerista* derivou em sentido oposto. Foi até a esquerda trotskista, principalmente à FIT, mas também uma porcentagem do Novo MAS. Vejamos alguns números.

Nas PASO de agosto de 2011, a FIT conquistou 520 mil votos e o Novo MAS (apresentando-se só na província de Buenos Aires) conseguiu 16.000.

Agora, nas PASO de agosto de 2013, a FIT obteve 900.000 votos e o

Novo MAS (apresentando-se em quatro distritos), 120.000 votos. Assim mesmo, a relação entre os votos da FIT e do Novo MAS se reduz bastante se forem medidas as cifras nos distritos em que ambos se

apresentaram, que são os mais importantes politicamente e em nível de movimento operário: a cidade de Buenos Aires, a província de Buenos Aires, Córdoba e Neuquén. Ali, a FIT conseguiu uns 500.00 votos, ante os 120.000 do Novo MAS.

Nas eleições definitivas de 27 de outubro de 2013, a FIT subiu para 1.150.000 milhão de votos. Esse aumento teve várias vertentes: 1) o Novo MAS, eliminado pelos mecanismos proscritivos da lei eleitoral, chamou o voto crítico na FIT. O aumento de votos da FIT em quatro distritos centrais que mencionamos é praticamente a soma de seus votos de agosto, mais os obtidos pelo Novo MAS; 2) Contrariamente, em duas províncias – Mendoza e Salta – houve maior retorno à FIT de eleitores *kirchneristas*, o que fez a diferença.

Assim, a FIT obteve três deputados nacionais, um pela província de Buenos Aires e outros dois por Mendoza e Salta.

Essas cifras de votos da esquerda "vermelha" são muito importantes. É um triunfo político eleitoral indiscutível. Mas, ao mesmo tempo, há de se ter em conta simultaneamente que os demais 95% dos eleitores votaram em partidos patronais... E que nessa faixa impressionantemente majoritária o centro de gravidade se voltou ao sentido conservador.

Ter em conta todas as cifras e proporções é essencial para não se perder a cabeça, como já ocorreu a alguns dirigentes que falam de "rebelião nas urnas", como veremos à frente.

Transformar a vitória eleitoral em construção orgânica

A pergunta do milhão é: como levar essa vitoria eleitoral ao terreno da luta de classes?

De outra maneira: a votação histórica com a qual se alçou a esquerda nas duas eleições deste ano, assim como os parlamentares que obteve, colocam o desafio de sustentar um curso independente, que não faça o jogo de nenhum setor, assim como o esforço de transformar a votação obtida em construção orgânica no terreno da classe trabalhadora e da juventude.

Ter isso em conta é essencial. Não é a primeira vez que a extrema-esquerda consegue votações de certa importância, desde a Frente Operária Camponesa Estudantil Popular (FOCEP) do Peru (com 15%) ou o trotskismo francês que algumas vezes chegou a 6%.

Mas a experiência final desses e outros grandes êxitos eleitorais foi que os votos vão e vêm, caso não haja correlação com um curso político independente e, sobretudo, um avanço qualitativo da construção orgânica no movimento operário e a juventude.

Com maior ou menor tamanho, os partidos trotskistas argentinos (os três da FIT e o Novo MAS) ainda são organizações importantes de vanguarda. Os votos conquistados ainda excedem de longe sua implantação orgânica, especialmente no terreno de combate decisivo: o movimento operário.

Ali as correntes trotskistas – não o PO, mas particularmente o PTS e o Novo MAS – conseguiram posições em estruturas de base (comissões internas e corpos de delegados). Mas ainda as burocracias sindicais, mesmo que venham dividindo três centrais peronistas (CGTs) e duas de fachada "progressista" (as CTAs), conservam um controle praticamente total dos sindicatos. Agora, as três centrais pretendem se reunificar. É evidente que um de seus pontos de unidade é "arrebentar os troskos", o que não é uma metáfora.

Em síntese: estamos diante de imensas e difíceis tarefas, que os votos não resolvem por si mesmos.

A FIT, "cooperativa eleitoral" ou Frente para a Luta de Classes?

Tendo em conta essa perspectiva, os sinais de interrogação se acentuam pelo caráter do FIT, que tem agora uma enorme responsabilidade política por ter obtido três parlamentares.

Quem definiu o FIT de forma mais científica (e não sem certo cinismo) é seu componente menor, a Esquerda Socialista (IS): a FIT é uma "cooperativa eleitoral".

A FIT se fundou com vista nas eleições de 2011. Uma das primeiras medidas de sua conformação foi a de excluir o Novo MAS, uma operação sectária que se aproveitou das

normas proscritivas da nova lei eleitoral que antes comentamos.

Em seus dois anos de existência, a FIT não conseguiu tomar uma posição comum (nem ao menos desenvolver uma ação conjunta) em quase nenhuma luta ou acontecimento importante. E não se trata de nuances, mas de posições encontradas. A lista é muito grande e os temas politicamente significativos,

como, por exemplo, os "cacerolazos" da oposição gorila, dos bairros de classe média alta, contra o governo K. Um setor da FIT apoiou fervorosamente essas "mobilizações" da direita conservadora, outro esteve corretamente contra e o terceiro oscilou entre ambos.

Mas o caso que motivou um escândalo em toda a vanguarda, especialmente no ativismo operário, como a União Ferroviária (UF), um dos sindicatos mais importantes do país.

A burocracia da UF, ao mesmo tempo em que atua como patrão dos operários ferroviários precarizados, assassinou em outubro de 2010 o jovem militante do Partido Obrero, Mariano Ferreyra. A morte de Mariano desatou um escândalo nacional e grandes mobilizações de protestos, nas quais confluiu toda a esquerda. O governo e o aparato judicial se viram obrigados a atuar contra o principal burocrata da UF – José Pedraza – e vários de seus cúmplices, que hoje estão presos e condenados. Isso foi algo inédito na larga história de crimes da burocracia sindical argentina.

Tempos depois, já constituída a FIT, houve eleições na União Ferroviária, onde a burocracia de Pedraza continua controlando o sindicato. Ante o assombro da vanguarda operária de todo o país, os três componentes da FIT dividiram o ativismo antiburocrático. O PO, PTS e IS conformaram três chapas diferentes, que se dedicaram a guerrear mutuamente. Logicamente, a burocracia de Pedraza se impôs sem grandes problemas.

As novas responsabilidades que agora caem implacavelmente sobre a FIT mudaram seu caráter de "cooperativa eleitoral"? Ou a FIT "vai fechar o quiosque" até o próximo verão eleitoral, as presidenciais de 2015?

A necessidade de balanços sérios

Para finalizar, digamos que um curso político correto está sempre fundamentado em caracterizações e balanços sérios. Por esse motivo, provocou estupor o balanço das eleições e da situação política que apresenta o Partido Obrero, pela boca de seu principal dirigente, Jorge Altamira. E isso se agrava porque o PO é o patrão ou sócio principal da FIT (durante muitos anos, em relação ao Brasil, o PO e Altamira, estiveram associados ao Partido da Causa Operária – PCO – de Rui Costa

Pimenta).

É um balanço simplesmente desvairado, que não leva em conta as dimensões reais de um triunfo (somente) eleitoral, que é indiscutível, mas que tem as proporções aqui analisadas.

Altamira – com cerca de 5% dos votos para a FIT e 95% para os partidos patronais – proclama desde o "desmoronamento do peronismo" até que as eleições configuram uma rebelião popular. Como se votar não fosse exatamente o oposto de uma rebelião!

O fundamental de seu balanço é que se confirmariam suas teorias do "catastrofismo" e da "queda do capitalismo" (textual!), que já está em curso e sendo precipitada na Argentina, a partir dos resultados eleitorais.

Sob os golpes fatais de cerca de 5% dos votos para a esquerda revolucionária (que além de tudo não está só no PO), o capitalismo em geral, e seus partidos políticos (em primeiro lugar, o peronismo), começaram a cair. Simples assim!

O peronismo governante está em queda e a oposição burguesa é só um desprezível "conglomerado de tribos". Todos os partidos patronais se pulverizaram (textual!), o que também "representa o esgotamento" do regime democrático-burguês iniciado em 1983, após a liquidação da ditadura militar.

Não vamos mais cansar o eleitor com essa antologia do disparate. Convidamos à leitura de seu texto completo em http://www.socialismo-o-barbarie.org/argentinazo/131030_elecciones-dos-formas-opuestas-de-hacer-un-balance.htm .

Comentamos também por que se trata do pensamento político do "patrão" da FIT. Para o bem de toda a esquerda revolucionária e do ativismo operário e juvenil da Argentina, esperamos que o indiscutível triunfo eleitoral (que não é só do PO, mas também do resto da FIT e do Novo MAS) não se dissipe neste *deliruim tremens.*

Abriu-se uma grande oportunidade para toda a esquerda revolucionária. Mas, ao mesmo tempo, é uma responsabilidade imensa para todas as suas direções – em primeiro lugar, da FIT, por ter conseguido representação parlamentar – avançar em uma construção orgânica no movimento operário e na juventude, e simultaneamente enfrentar as inevitáveis pressões do parlamentarismo. Para isso, os festejos eleitorais não ajudam.

Contato: grupo.práxis@yahoo.com.br
Blog : **http://praxisbr.blogspot.com.br/**
www.socialismo-o-barbarie.org